# ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS NA MEMÓRIA DA BAHIA: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES E SUAS MARCAS NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL OITOCENTISTA

**Maria das Graças de Andrade Leal**
Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2079-5595
Endereço eletrônico: mgleal@uneb.br

**Palavras-chave:** História e memória; Patrimônio histórico-cultural; Mutualismo; História do trabalho da Bahia; Lugares de memória do trabalho

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, em andamento, serão estudadas as formas associativas mutualistas de trabalhadores e operários em sua interseção entre os campos da história e memória, patrimônio cultural, memória social, história da Bahia, história social, história do trabalho, visando identificar diferenças e semelhanças de organização, através de instituições mutualistas fundadas ao longo do período monárquico-escravista e dos primeiros anos da república no Brasil e na Bahia, enquanto movimento político-social que reivindicou e consolidou espaços de liberdade e autonomia através da sua força organizativa.

O objetivo é analisar, a partir das experiências da Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia (1832), do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872), da Liga Operária Bahiana (1876), do Partido Operário (1890) e Centro Operário da Bahia (1894), diferentes modelos de associações mutualistas estruturadas por trabalhadores baianos no século XIX, visando revelar e assegurar o lugar de memória a ser reconhecido como patrimônio histórico-cultural de relevância social e política reivindicado e construído nos períodos imperial e republicano que impactou nas políticas previdenciárias e de assistência implementadas pelo estado brasileiro ao longo do século XX.

Trata-se de uma reflexão inspirada na concepção de “lugares de memória”, ao modo de Nora (1993), enquanto categoria de análise complexa e conectada à perspectiva de garantir

o dever/direito à memória do trabalho, por considerar os processos atuais de desestruturação das conquistas trabalhistas asseguradas, no passado, pelas lutas político-institucionais de trabalhadores. Conforme Nora (1993, p. 7), trata-se de um momento em que "A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história".

> Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação.

Considerando ser uma temática (e uma causa) de interesse político, social, cultural e acadêmico, diante da intensificação de estudos historiográficos em torno das associações mutualistas de trabalhadores no Brasil e na Bahia, a ênfase dada nessa pesquisa se refere ao sentido de se estudar o associativismo operário do passado, no tempo presente.[1] Para tanto, busca-se refletir sobre o impulso desse tema diante do risco material, político, social e cultural de esquecimento de um passado potente e mobilizador, materializado pela produção de uma documentação importante, apesar de residual, ainda existente nos arquivos privados e públicos, bem como do seu lugar de protagonista na cena dos mundos do trabalho na contemporaneidade em escala global.

Como exemplo dessa busca memorial[2], Nora (1993) analisa essa "mutilação sem retomo que representou o fim dos camponeses, [enquanto] coletividade-memória por excelência cuja voga como objeto da história coincidiu com o apogeu do crescimento industrial". (Nora, 1993, p. 7). Seria a mutilação da classe trabalhadora no contexto neoliberal do capitalismo contemporâneo - fim desta coletividade-memória? Trabalhadores estilhaçados

[1] O tema do mutualismo tem sido, nos últimos 20 anos, estudado no âmbito dos programas de pós-graduação no Brasil e na Bahia. Na Bahia, pesquisas inaugurais sobre sociedades mutualistas e mutualismo foram publicadas nos anos de 1990 como as de Ma. Conceição B. da C. e Silva, *O Montepio dos Artistas:* elo dos trabalhadores em Salvador. Salvador, Secretaria da Cultura, 1998 e Maria das Graças de Andrade Leal, *A arte de ter um ofício*: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996), Salvador, Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996. Outras, referentes ao Rio de Janeiro e São Paulo, também pioneiras, têm como referência, ainda na década de 1990, Tânia R. de Luca, *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo, São Paulo, Contexto, 1990; Cláudio H. M. Batalha, "Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária", *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP), v. 6, n. 10-11, 1999, p. 41-68.

[2] Sobre memória do trabalho, o portal do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho da UFRJ (lehmt.org), atualmente vinculado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ), é considerado principal plataforma do país de história pública e divulgação científica na área de história social do trabalho. Recentemente foi publicada uma coletânea organizada pelo professor e historiador Paulo Fontes (IH/UFRJ), coordenador do LEHMT, *Lugares de memória dos trabalhadores* (São Paulo: Alameda, 2023 – Disponível em: https://fpabramo.org.br/livro/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores/), que reúne 100 artigos curtos publicados na seção *Lugares de Memória dos Trabalhadores* do referido portal. São artigos que apresentam espaços históricos onde trabalhadores atuavam nas suas profissões, residiam, participavam de diversas atividades sociais, culturais e políticas nas diferentes cidades brasileiras.

enquanto categoria social em um contexto de desarticulação de suas formas organizativas tradicionais presentes nos sindicatos, partidos, clubes, nas associações, cooperativas?

Ao discutir a relação entre memória coletiva e história, Halbwachs[3] (1990) delimita suas diferenças em termos do aspecto contínuo da primeira, e descontínuo da segunda. Ou seja, "a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo..." (p. 81), ou ainda, a memória coletiva deve estar presente na vida do grupo, é preciso que o grupo esteja vivo e garanta lembranças e tradições sobreviventes. Portanto, "a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou decompõe a memória social." (p. 80). Halbwachs prossegue explicando quando é despertada "a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa (...) somente quando eles já estão muito distantes no passado..." (p. 80). Para o sociólogo francês, um dos objetivos da história seria, nesse sentido, o de "lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida." (p. 81)

Assim, busca-se problematizar e identificar (para compreender) direções que assegurem, do ponto de vista de ações concretas contra o esquecimento, o re-conhecimento das práticas mutualistas de trabalhadores do século XIX no Brasil e na Bahia em termos de patrimônio a ser preservado e mobilizado como referência histórico-cultural do protagonismo de trabalhadores do passado e sua interferência nos processos do presente e do futuro. Partindo do pressuposto do patrimônio se constituir em uma categoria de pensamento inscrita "em um campo político em que memórias são disputadas, a depender dos projetos políticos em pauta, num processo que necessita ser pensado, para que a própria noção de patrimônio possa então ser desnaturalizada" (GUILLEN, 2014, p. 637), algumas questões são postas em torno dos processos instituídos na direção do esquecimento da passagem de homens e mulheres na história da formação da classe trabalhadora no Brasil e na Bahia.

Conforme Chauí (2000), o patrimônio cultural resulta da criação humana, que auxilia na ativação da memória, ao estimular a recordação daquilo que, a partir da ótica de quem criou, não deve ser esquecido. Para a filósofa, a memória, "como consciência da diferença temporal – (passado, presente, futuro)", possui duas dimensões: a pessoal, introspectiva, "como forma de percepção interna"; e a coletiva ou social, construída em memória objetiva, materializada "nos monumentos, documentos e relatos da História de uma sociedade". (2000:

[3] Sociólogo francês, nascido em 1877 e morto em 1945, em campo de concentração nazista na Alemanha, permanece como importante teórico sobre memória coletiva nos âmbitos dos estudos sociológicos e históricos. O seu livro de referência, A Memória Coletiva, foi publicado em primeira edição em 1950.

159; 164). Portanto, é no coletivo, no social, que o monumento, os documentos na sua expressão mais larga, se configuram em patrimônio de um povo, conforme Mariuzzo (2004):

> Monumentos são parte do patrimônio cultural de um povo ou de uma nação, eles servem como um elo entre presente e passado dando um sentido de continuidade. A preservação do patrimônio pressupõe um projeto de construção do presente, e por isso vale a pena na medida em que este patrimônio esteja vivo no presente, vivo para que as pessoas que o cercam possam de algum modo usufruir dele.

Le Goff (1996, p. 433), ao refletir sobre a relação entre documento e monumento, conclui que a memória, ao ganhar um caráter de monumento, deve ser visitada pelo historiador, partindo do princípio de que "todo documento tem em si um caráter de monumento" e, por conseguinte, o seu conteúdo deve ser interrogado por considerar que não há "memória coletiva bruta", por ela ser sempre lapidada pelo contingenciamento da lembrança, pelas distâncias temporal e social, psíquicas, entre outras distâncias, como as políticas. Assim, o monumento tem o sentido de fazer recordar, instruir, emitir sinais do passado. Ou seja, evoca o passado para perpetuar a recordação, seja voluntária ou involuntária, como legado à memória coletiva. Como estímulo da memória para a recordação, o monumento ou os diferentes documentos e todos os bens culturais de comunidades representam, para pessoas ou para uma sociedade, elos significativos de continuidade entre o que foi e o que é, ganhando, assim, *status* de Patrimônio. Portanto, o que pode merecer significado social e político ao patrimônio é, justamente, o interesse pelo presente e, no campo da disputa pelo passado, como meio de ligação com o passado, deve fazer sentido no nosso cotidiano, no tempo presente.

Esta é uma chave analítica utilizada para refletir sobre o associativismo mutualista do passado como patrimônio histórico, cultural, social, político e identitário, a partir do fato de ter sido, desde 1832, com a fundação da Sociedade Monte-Pio dos Artífices da Bahia, marco da conquista de direitos previdenciários implementados no século XX, observando-se, simultaneamente, o esvaziamento dos objetivos do mutualismo monárquico e a validação da sua marca social na história do trabalho enquanto patrimônio cultural e histórico construídos por trabalhadores ao longo das lutas em defesa de seus interesses materiais, funcionais e simbólicos, conforme Nora (1993, 22) compreende os sentidos dos lugares de memória. Estes sentidos (e valores) coexistem no âmbito das associações mutualistas: lugar material é entendido como o espaço físico de ocupação e os acervos produzidos ao longo dos séculos;

simbólico, por manter, em termos de uma cultura associativa, tradições advindas das irmandades religiosas do período colonial, como a presença de um santo padroeiro, as celebrações religiosas, os ritos preservados nas reuniões, etc; e funcional, pela sua existência e experiência social, política e identitária na atuação em defesa dos interesses de trabalhadores enquanto sujeitos de ação.

A abordagem metodológica adotada está apoiada na pesquisa qualitativa, pela oportunidade de abrir campos analíticos complexos, porém articulados, como aqueles que discutem a memória, o patrimônio e a história, que buscam compreender e interpretar o fenômeno do mutualismo nos contextos culturais, sociais, políticos e identitários. Para tanto, será realizada análise bibliográfica sobre o tema, documental e de periódicos. A partir de rastros e vestígios documentais, outros referentes aos periódicos, produzidos pelos trabalhadores das referidas Sociedades, ainda sobreviventes ao tempo e às condições de conservação, presentes em arquivos públicos, como nos Arquivos Públicos do Estado da Bahia, Municipal da Bahia, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, está dada a base para acessá-los e conhecê-los para compor os diferentes momentos do mutualismo civil, organizado por trabalhadores na Bahia concebido como lugares de memória do trabalho.

Em termos de resultados e discussões, bem como de conclusões preliminares, deve-se compreender associativismo mutualista como um movimento próprio do século XIX e que deixou suas marcas materiais, simbólicas, sociais e políticas traduzidas, atualmente, em patrimônio cultural de relevância social e política. A importância em se recuperar essa tradição previdenciária está associada à valorização e reconhecimento de uma memória hoje em processo de apagamento diante dos desmontes instituídos pela reforma trabalhista no Brasil, em particular.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. **Diálogos (Maringá. Online),** v. 18, n.2, p. 637-660, mai.-ago./2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

MARIUZZO, Patrícia N. S. A construção histórica do patrimônio público. **ComCiência (UNICAMP)**, Campinas, 10.mar.2004. Disponível em: https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/memoria/02.shtml. Acesso em: março, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.